



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
- 2. Apreciação do Relatório Semestral do Auditor Externo** nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais);
- 3. Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Orçamento e Mapa de Pessoal para o Ano de 2019;**
- 4. Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, das **Grandes Opções do Plano 2019/2022;**
- 5. Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais**, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- 6. Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Autorização Prévia Genérica Relativa aos Apoios a Conceder às Freguesias do Concelho do Crato;**
- 7. Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Participação Variável no IRS 2019;**
- 8. Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Derrama para o ano de 2019;**
- 9. Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação da Taxa para o ano de 2019 e Redução da Taxa de IMI em Função do Número de Dependentes.**
- 10. Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano - 2018/2021;**



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

11. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.^a Revisão ao Orçamento/2018.

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Eduarda Maria Subtil Pires, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**; Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**; Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha** e **Marco Fernando Duque de Mendonça**.

Os senhores Vereadores **Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto** e **Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes**, não estiveram presentes.

Não se registou a presença de público.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência recebida e expedida de 28 de setembro a 20 de novembro de 2018, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de ata n.º 3/2018 da sessão ordinária de 23 de junho de 2018 à votação a qual foi aprovada por maioria, a saber:

a) **17 (dezassete) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Isabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.
- **4 (quatro) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

b) **2 (duas) abstenções**, a saber:

- **2 (dois) votos do Grupo do PSD:** Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares e José Filipe da Conceição Carrilho.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de ata n.º 4/2018 da sessão ordinária de 29 de setembro de 2018 à votação a qual foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DA "ORDEM DO DIA":

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

Os eleitos da CDU entregaram na Mesa da Assembleia Municipal, quatro requerimentos e quatro recomendações, para serem encaminhados para o senhor Presidente da Câmara Municipal, a saber:

Requerimento 1/2018 - Pedido de informação sobre a execução e instalação da estrutura junto ao Posto de Abastecimento de combustível da GALP, no espaço do Jardim Municipal;

Requerimento 2/2018 - Pedido de informação sobre o ponto da situação da Barragem do Crato (Pisão);

Requerimento 3/2018 - Pedido de Informação sobre custos com o Abastecimento de Água e Eletricidade de equipamentos Municipais;

Requerimento 4/2018 - Pedido de cópias das Declarações de Voto enunciadas nas atas no Executivo Municipal.

Recomendação 1/2018 - Ampliação da Casa Museu Padre Belo;

Recomendação 2/2018 - Recuperação da Torre do Relógio de Crato;

Recomendação 3/2018 - Varanda do Grão-Prior;

Recomendação 4/2018 - Castelo do Crato.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Tomou a palavra o eleito **Miguel Batista, do PS**, parabenizando o senhor Presidente e os senhores Vereadores que votaram favoravelmente a deliberação da Celebração dos 500 anos do Casamento Real. Realçou ter sido um evento muito digno e bastante interessante, agradecendo a quem tinha relembrado a história de uma comunidade aos que atualmente aqui viviam. Destacou a presença de muitas crianças e jovens que tinham participado como figurantes, deixando também uma palavra de apreço aos funcionários da Câmara Municipal e, até à senhora Presidente da Assembleia, por também ela ter sido figurante.

Lamentou o facto de dois Vereadores do PSD terem votado contra a realização deste evento porque, renegar a história era lastimável. Afirmou que esta sua afirmação não era nada pessoal, mas considerava lamentável que um partido político votasse contra uma atividade desta natureza, ou seja, que votasse contra a história do Crato. Declarou não saber qual o motivo para tal atitude porque, não tinha tido conhecimento do teor da declaração de voto que os senhores Vereadores disseram apresentar.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, sublinhou que as orientações que tinha dado à técnica da Câmara, relativamente às Atas das Sessões de Câmara era que, as mesmas fossem remetidas juntamente com as declarações de voto a todos os eleitos, esclarecendo que, se as declarações de voto não seguiam anexas, era porque as mesmas não tinham sido entregues.

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, para confirmar não terem sido entregues algumas declarações de voto.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, reafirmou que as orientações tinham sido para enviar as atas juntamente com as declarações de voto e, se estas últimas não tinham sido enviadas então era porque não tinham sido entregues ou por ter havido alguma falha.

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, para sugerir que, no email de envio das Atas, viesse colocada uma nota, sempre que os Vereadores dissessem apresentar declaração de voto e, não a apresentassem.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves, do PS**, para manifestar a satisfação por algumas medidas implementadas e materializadas. Destacou o apoio aos estudantes do ensino superior, reposto após cerca de cinco anos de interrupção, representado um esforço feito pela Câmara Municipal, no valor de cerca de quinze mil euros.

Relativamente à habitação social referiu ter sido feita uma vistoria, de modo a identificar os problemas dos 31 fogos que compõem este tipo de habitação. Informou ter ficado satisfeito, por saber que existia um pedido de reunião com o Secretário de Estado, afim de criarem as condições para a reabilitação dos problemas existentes nestas habitações.

Declarou registar com agrado a criação dos dois parques para autocaravanas, um no Crato e outro em Flor da Rosa, tendo em vista a satisfação dessa área do turismo que movimenta grande número de pessoas tanto nacionais como estrangeiras.

Concluiu as suas declarações com a satisfação pela retoma, após cinco anos de interrupção, do apoio às IPSS's traduzido no valor de sessenta mil euros, despendidos pela Câmara Municipal, lembrando que este apoio da Câmara Municipal, era de extrema importância para a criação de emprego e para o desenvolvimento social. Lembrou também que, estas Instituições representavam as poucas "empresas" existentes no nosso Município. Afirmou terem de ser apoiadas, dinamizadas, modernizadas para que talvez assim se tornassem um polo de interesse para pessoas que aqui não pertencem.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, desejando contribuir com dois pontos relacionados com a atividade da Câmara e, que, poderiam vir a ter relação com alguma evolução no futuro, a somar à que já tinha existido. O primeiro ponto tinha a ver com a questão da transparência e tal como era do conhecimento geral, existia uma empresa que anualmente avaliava instituições, especialmente Câmaras, onde a do Crato, no passado não tinha ficado bem colocada a este nível.

Declarou que, o mesmo não acontecia com outras Câmaras da nossa região que, apresentavam resultados melhores. Afirmou que era patente que, com este novo mandato, a informação prestada estava a anos luz do que era antes, restando-lhe sugerir, que fosse uma preocupação da



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

gestão da atual Câmara, estruturar melhor a forma como estava a prestar contas à sociedade, aos munícipes e ao país em geral.

Declarou que gostariam muito de ver o índice de transparência da Câmara do Crato subir nos rankings e, na prática, havia toda a razão para isso suceder. Explicou bastar alguma preocupação em se ver como o trabalho era feito e na forma em como era apresentado. Completou garantindo que, atualmente, tinham muita informação dada atempadamente e, que, de uma forma natural, gostariam de ver esse reconhecimento.

O segundo ponto que destacou, tinha a ver com um estudo publicado pela Fundação Manuel dos Santos, onde a temática também era a questão da transparência relativamente ao uso de dinheiros públicos, por todo o tipo de instituições que o utilizam. Sublinhou que, estas instituições, não eram só da Administração Central do Estado, mas também da Local, de Instituições Públicas e outras, que recebiam dinheiros públicos. Esclareceu que, com essa finalidade tinha sido estabelecido o portal base, onde eram obrigatoriamente registadas todas as compras de bens e serviços, que eram sujeitos a procedimentos de compras públicas nas plataformas. Sublinhou que, até recentemente as adjudicações diretas não estavam registadas por não ser obrigatório.

Recordou que, no Conselho de Ministros de agosto do ano anterior, quando tinham apresentado o código de contratação pública estava todo um articulado, que tornava obrigatório a transmissão direta para o portal base, que era uma espécie de notariado eletrónico de todas as adjudicações diretas. Explicou que isto era trivial fazer-se, caso o software necessário estivesse disponível.

Afirmou que, no caso das Câmaras, quer a AIRC quer a Media Data, que eram as duas grandes companhias que forneciam software autárquico, estavam equipadas para fazer esse procedimento eletronicamente, tal como hoje em dia, os restaurantes comunicavam regularmente ao Fisco as suas vendas. Explicou que esta questão tinha sido retirada do Conselho de Ministros, por não ter sido considerado de bom-tom, tornar este assunto obrigatório antes das eleições, mas tinha saído uma portaria que regulava a questão e, que, dizia que se devia fazer, mas não tornou esta prática obrigatória.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Informou que, a maioria das Câmaras não o estava a fazer e, com certeza que iria haver muito barulho à volta deste tema porque cerca de 50% do dinheiro público não era descortinável hoje, publicamente, através do portal base.

Sugeriu que o Crato desse o exemplo porque, não havia nenhuma razão para não o fazer, visto a Câmara transmitir regularmente aquilo que fazia. Expôs que, de seguida a Câmara devia solicitar à AIRC que fizesse a transmissão eletrónica das adjudicações diretas para o portal base, dando desse modo o exemplo.

Completo afirmando que, esta atitude seria um reforço na questão da transparência. Declarou que seriam duas atitudes que em nada iriam alterar o que se fazia no dia-a-dia da Câmara, mas que colocava o Crato, na sua relação com a sociedade portuguesa e a sua prestação de contas de uma forma clara e transparente, numa situação bastante melhor e que merecia ter.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, para dizer que a transparência estava relacionada com várias questões. Sublinhou que o último portal da transparência tinha levado inúmeras Câmaras a reclamarem dos critérios. Afirmou que a nova avaliação que iria ser feita, tinha uma nova grelha, que esta era mais rigorosa e, como tal, considerava que estavam no bom caminho.

Informou que este ano, já com o Orçamento aprovado e com uma análise mais fina, aquilo pelo qual vinham a batalhar há anos e anos, a Lei das Finanças Locais, poderia vir a ser cumprida. Lembrou que o dinheiro que era das Câmaras era o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), que esta era a sua base fundamental e que este ano em concreto, existiam três Câmaras Municipais que iriam receber mais FEF e, doze Câmaras que receberiam menos FEF.

Completo que esta realidade, não podia ser vista de forma nua e crua porque, quando se juntava tudo aquilo que estava previsto em sede de Orçamento de Estado, todas as Câmaras Municipais subiam em relação ao ano anterior. Referiu que no caso concreto das Freguesias, aparecia uma outra coisa interessante. Explicou que nas Freguesias do Distrito de Portalegre não havia nenhuma que descesse no valor do FEF, nem no valor que lhes iria ser transferido.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves, do PS**, para complementar a intervenção feita anteriormente sobre a subida no ranking da transparência. Explicou que os rankings nacionais a nível da transparência tinham algo de teórico, eram uma referência, mas sempre com uma parte teórica na análise que faziam. Afirmou que, o mais importante era que os eleitos reconhecessem que essa transparência estava a ser praticada e, para ele, sempre que via eleitos de outras forças políticas reconhecerem que a transparência estava a ser aplicada, considerava isso, a maior subida existente no ranking.

Tomou a palavra o eleito **José Garcia, do PS**, congratulando o senhor Presidente da Câmara pelo documento fornecido sobre a atividade da Câmara Municipal, por este ser cada vez mais completo e mais elucidativo.

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, agradeceu também ao Presidente da Câmara, numa altura em que tanto se falava de descentralização, o facto de terem realizado o Passeio TT de São Martinho, na Freguesia de Gáfete.

Chamou a atenção e agradeceu a obra realizada e já há muito reivindicada pelos munícipes, com a colocação da sinalização horizontal em todas as estradas municipais, assim como, o restauro das mesmas.

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, sublinhando parecer-lhe que o que ali tinha sido referido, se assemelhava em muito, a propaganda.

Recordou ter apresentado na última Assembleia Municipal, um requerimento dirigido ao senhor Presidente da Câmara, sobre os eventos, custos, benefícios, estratégia subjacente ao programa de atividades e, até ao momento, não tinha obtido resposta.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que o fez de uma forma que está contemplada na Lei, ou seja, respondeu oralmente nessa mesma Assembleia.

O eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, replicou não ter percebido que existiu uma resposta e, que, possivelmente, o problema era dele. Perguntou se não iria haver uma resposta por escrito. Comunicou que iria deixar explícito, de forma formal, não ter recebido por escrito resposta ao requerimento apresentado na Assembleia Municipal de março, relativamente aos eventos



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

organizados direta ou indiretamente pela Câmara do Crato e, que, considerava não estar esclarecido sobre as questões que tinha colocado.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, referindo terem sido ali invocados estudos sobre a transparência, pretendendo saber quais as fontes desses estudos.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, para salientar que nos últimos anos, pelo menos uma instituição, apesar de com critérios incompletos e deficientes, mas estando obviamente a melhorar, procurava de forma independente olhar para a maneira como todo o poder autárquico transmitia às suas populações, o que fazia, de uma forma considerada transparente.

Sublinhou que, esses estudos, esses *reports* tinham os defeitos que tinham, não estando a dizer que eram muito bem feitos, nem muito bem estruturados. Salientou que, sabendo-se que dentro da nossa democracia, existiam entidades independentes, que olhavam e procuravam avaliar a transparência dos *reports* da atividade do poder autárquico, devia-se fazer um esforço perante as mesmas, procurando estar-se bem colocados, tanto mais que achava, não haver razão para que assim não fosse.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, perguntando qual era a fonte para a informação de estarmos mal colocados.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, dizendo que no passado, estavam mal colocados e, que, as fontes eram os dados reportados nos últimos anos nas avaliações que tinham sido feitas.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** questionando quais eram as avaliações e de que entidade.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, respondendo que não se lembrava propriamente do nome da entidade, mas na altura tinham falado no assunto, tendo mesmo havido discussão com o anterior Presidente de Câmara sobre esse tema.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, declarando ter-se ali falado sobre uma Fundação e, por isso, gostaria de tomar por base um documento da Fundação Manuel dos Santos. Explicou que neste documento, o índice de transparência era classificado em quatro formas, designadas por bandas de desempenho, passando a enuncia-las: líderes, bons, capazes e fracos. Afirmou que, neste documento em questão, o Município do Crato estava pintado no mapa como líder.

Explicou que, aquilo que faziam relativamente ao trabalho das adjudicações, era baseado em que tudo o que fosse superior a cinco mil euros, seria publicado no portal base. Esclareceu que os ajustes diretos simplificados, eram até aos cinco mil euros, que os ajustes diretos até vinte mil euros tinham de ser com consulta prévia a três entidades, tal como era recomendado, e valores superiores a este montante, já tinham de entrar na fase do concurso.

Expôs que relativamente aos ajustes diretos, tentava fornecer toda a informação, levando o relatório dos mesmos a todas as reuniões de Câmara, respondendo na mesma às perguntas e às dúvidas que lhe colocavam sobre este tema.

Afirmou que, respondia também a todas as questões sobre os pagamentos efetuados naquela relação, relativamente àquele período temporal, entre cada uma das reuniões de Câmara. Completou garantindo que relativamente à transparência, e de modo a não ficarem “coisas” no ar, existiam mecanismos, para quem tinha alguma dúvida sobre os ajustes diretos do Município. Afirmou que cada membro da Assembleia Municipal, ou Vereador da Câmara, podia recorrer, sempre que tivesse alguma dúvida sobre este assunto, ou sempre que sentisse que existia algo menos transparente nesse documento.

Frisou que deveriam fazer unicamente aquilo que era obrigatório perante a Lei, porque essa, era a obrigação de cada um deles.

Declarou estar completamente tranquilo e, que, aquilo que o norteava era implementar medidas de forma a que a gestão da Câmara fosse o mais transparente possível.

O senhor Presidente da Câmara disse querer dar uma nota importante sobre a tão falada dinamização da economia local e o trabalho com as empresas e entidades existentes localmente.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Elucidou que caso adotassem determinadas medidas de trabalho, como por exemplo, verterem tudo em concursos públicos, seria difícil para as empresas locais, terem capacidade para fornecer serviços ao Município. Complementou que caso o caminho viesse a ser esse, para o Presidente da Câmara seria tranquilo, fazendo tudo por concurso público, apesar de pensar que não era isto que os membros da Assembleia e os membros do Executivo Municipal queriam.

Sublinhou que, aquilo que faziam em termos de gestão, muitas vezes em ajuste direto, viabilizando o fornecimento em economia local, caso fosse vertido para outro procedimento, deixava muitas vezes, de haver a capacidade da economia local trabalhar em conjunto com o Município.

Lembrou a importância de se fundamentarem as afirmações, e ser esse o motivo para ter insistido em saber qual era a fonte, que dizia que o índice de transparência em determinada altura não era o ideal. Acrescentou que, a fonte era o Anuário Financeiro dos Municípios e a Fundação Manuel dos Santos. Completou que sempre que as fontes não eram mencionadas, essa atitude descredibilizava por completo a intervenção de um membro da Assembleia, lançando determinadas dúvidas, na sua perspetiva injustas, sobre um Executivo Municipal. Concluiu que as afirmações ou eram fundamentadas ou ficava tudo no ar.

Recordou terem um percurso grande a fazer, nomeadamente com a contabilidade de custos, que iria trazer outros itens a esta temática que, na sua perspetiva, acrescentariam valor. Declarou que o percurso estava a ser feito, que se sentia satisfeito com o trabalho difícil que vinha a ser realizado pelos Serviços Municipais, muitas vezes com recursos escassos, afirmando que se sentia satisfeito com o trabalho dos Técnicos e, que os mesmos, possuíam o reconhecimento de outros Municípios que os consultavam para tirarem muitas dúvidas sobre algumas situações correntes.

O senhor **Presidente da Câmara** disse querer dar uma palavra sobre a questão do requerimento relativo aos eventos municipais. Lembrou estarem previstos momentos para cada situação. Mencionou que no presente momento estavam a expor o Orçamento e as GOP e, que, em abril, existiria um momento de Prestação de Contas. Explicou que, o Orçamento feito, tinha sido



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

realizado com a perspetiva de poderem criar um documento, em que a despesa com cada um dos eventos fosse muito mais visível.

Explicou que, na Prestação de Contas, cada membro da Assembleia Municipal teria a oportunidade de verificar a receita e a despesa de cada evento. Completou esclarecendo que os momentos deviam ser cumpridos, achando ser importante para a economia do Concelho, para a dinâmica daquilo que queriam como fundamento no turismo, tornando o mesmo, assim como a cultura, num movimento de alavanca para economia do Concelho do Crato.

Afirmou haver um grande trabalho para fazer sobre este assunto, sendo necessário dar corpo a muitas coisas valiosas existentes no nosso Concelho. Seria também necessário um trabalho gigantesco na área da organização, do planeamento e do investimento.

Mencionou que, o Município do Crato, tem uma série de vantagens sobre outros Concelhos que, na sua opinião, nunca tinham sido exploradas convenientemente, que era altura de poderem ser trabalhadas, algumas delas, em conjunto com outros Municípios, criando-se uma rede.

Lembrou as particularidades únicas do nosso Concelho e, sublinhou que não se podia vender aquilo que não estava devidamente estruturado. Realçou existir a responsabilidade e a vontade de fazer esse trabalho, estando-se a dar passos no sentido de o fazer de forma devidamente fundamentada.

Lembrou a existência de problemas estruturais a nível de equipamentos, edifícios, financiamento e implementação de novas metodologias de trabalho. Completou afirmando que, tudo isto levava tempo a desenvolver e a conseguir-se os apoios necessários.

O senhor **Presidente da Câmara** chamou a atenção para um requerimento apresentado sobre o Castelo do Crato, que iria ler com atenção, tentando compreender aquilo que o mesmo pedia. Informou ser um trabalho rigoroso pela muita dinâmica que exigia, pela grande envolvência de várias partes, que caso não existisse, tornaria este, um não assunto.

Declarou que a Câmara Municipal, só por si, querer ter a posse de um edifício daquela natureza, sem ter uma solução para o mesmo, era um não assunto. Completou declarando que tínhamos



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

muitos edifícios e monumentos e, neste momento, o espaço em questão, corria o risco de já não ser considerado um monumento, tal era a forma desvirtuada como se encontrava.

Chamou novamente a atenção para o Anuário Financeiro, onde no índice da transparência, o Município do Crato aparecia nos cinquenta melhores, não conseguindo compreender a fonte que referia o passado. Garantiu estar apenas preocupado com o presente e muito preocupado com o futuro.

Agradeceu as palavras transmitidas relativamente a algumas situações ali relatadas, e explicou que o esforço financeiro feito relativamente à Educação, por parte do Município do Crato, representava um valor substancial. Recordou que o Município do Crato tinha decidido, para este ano letivo, atribuir a todos os alunos que não teriam direito pela via normal, fichas de atividades e, o portal “Escola Virtual” a todas as famílias da nossa escola.

Sublinhou também o investimento feito na manutenção da Escola, em que os cerca de vinte mil euros recebidos do Acordo Interadministrativo com o Ministério da Educação, eram insuficientes, sendo este valor reforçado pela Câmara.

O senhor **Presidente da Câmara** recordou também o apoio às IPSS's, destacando o auxílio aos Bombeiros Voluntários, com a aquisição de uma viatura e concluindo haver um esforço na Área Social, na Educação e na Saúde, de maneira a que haja condições diferentes e diferenciadoras em relação a outros Concelhos.

Aproveitou a referência feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete às estradas municipais, para informar que, está para breve a apresentação de um plano de trabalho para todas as estradas municipais do Concelho. Sublinhou que não existindo financiamento disponível para esse tipo de infraestruturas, era difícil um Município conseguir fazer uma requalificação na totalidade das estradas.

Elucidou que, aquilo que pretendiam apresentar era um plano de trabalho para todos os anos civis, que permitisse fazer um trabalho faseado, de forma a conseguirem beneficiar um número de quilómetros através do Orçamento do Município. Seria do conhecimento de toda a gente qual a estrada que iria ser beneficiada naquele ano e, que tipo de intervenção iria ser feita.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Expôs que o mesmo iria acontecer com os caminhos rurais, que depois de identificados quais eram da responsabilidade do Município e, quais eram da responsabilidade das Freguesias, se saberia qual a intervenção a acontecer em cada ano civil, através de um planeamento, de modo a que toda a gente soubesse de quem era a responsabilidade e quem tinha de intervir.

Referir a entreatajuda pretendida entre todos, mas salvaguardando a importância do planeamento, uma vez que desejava que este modelo utilizado para as estradas, viesse também a ser aproveitado para outro tipo de situações que necessitavam da intervenção do Município.

Completo afirmando que, com esta aposta, num planeamento forte, não teríamos o melhor dos mundos, mas teríamos o mundo possível no Concelho.

O senhor **Presidente da Câmara** expressou que, era com o intuito na vertente do planeamento que estavam a trabalhar e, que, muito brevemente, apresentariam aos Presidentes de Junta os resultados do levantamento dos caminhos rurais. Sublinhou o facto destes autarcas serem as pessoas mais implicadas neste trabalho, devido ao esforço que faziam para que as suas gentes tivessem as melhores condições possíveis.

Garantiu que, todos os dias trabalhavam com o intuito de responder às necessidades das populações, que muitas vezes o que lhes era apresentado como ótimo, era completamente impossível de implementar na realidade em que se vive no Concelho do Crato.

Ironizou dizendo que, teriam de sair vários prémios do euromilhões a este Município, para conseguirem responder a muitas das questões consideradas fáceis de implementar e de resolver. Frisou que se faziam autênticos milagres na prestação destes serviços e, que, muito havia para melhorar.

Concluiu pedindo apenas que se trabalhasse em conjunto, para também se melhorar em conjunto porque, estava numa perspetiva de trabalho conjunto e de colaboração mútua.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, afirmando que, a intervenção que tinha feito anteriormente não justificava julgamentos de intenção, tal como o senhor Presidente da Câmara tinha feito.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Sublinhou que caso o senhor Presidente da Câmara ouvisse a gravação, com cuidado, não estando debaixo de stress, porque ninguém o estava a atacar ao contrário daquilo que pensava, verificaria que no final tinha tido uma espécie de defesa perfeitamente legítima por ser verdadeira.

Recordou que, ele próprio a tinha dito antes de o senhor Presidente da Câmara o fazer. Expôs que não o estava a atacar, porque estava precisamente numa atitude construtiva, tal como o senhor Presidente da Câmara apelava.

Elucidou que a resposta dada pelo senhor Presidente da Câmara o tinha tratado como se ele fosse uma força negativa, desconfiando da atuação do mesmo. Afirmou que tal não era verdade, garantindo ser uma pessoa leal e, que, caso tivesse alguma coisa a perguntar, fazia-o olhos nos olhos, claramente. Declarou não ter nenhuma razão para desconfiar da atuação do senhor Presidente da Câmara, até ao preciso momento e, que, apesar de achar não ser necessário repetir, ficava tudo gravado.

Sobre a questão da transparência, declarou que a mesma tinha a ver com o posicionamento do Crato perante a população portuguesa e, perante a população cratense, sendo para isso necessário comunicar aquilo que era feito.

Elucidou não ter dito ser necessário fazer diferente ou ser necessário mudar procedimentos menos corretos. Acrescentou que, o tinha feito na anterior gestão, mas que nesta, não o estava a fazer. Destacou ter verificado na resposta que o senhor Presidente da Câmara lhe tinha dado, que curiosamente o Município já se encontrava melhor colocado, estando por isso a fazer alguma coisa bem-feita.

Completo afirmando que aquilo que faltava era comunicar, porque vendo todos os documentos apresentados pelos serviços, não via referências explícitas a esse tipo de preocupação, nem ao facto de se estar a alcançar bons resultados. Reafirmou ser necessário comunicar melhor, sobretudo as coisas boas e, era para isso que apelava, estando a transmitir o sentimento do povo que representava na Assembleia Municipal. Acrescentou que, o apelo era positivo e que considerava a intervenção do senhor Presidente completamente injustificada na ótica em como tinha sido apresentada.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

O eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, esclareceu que, sobre a Fundação Manuel dos Santos, aquilo a que se estava a referir não era o índice de transparência. Declarou ser sobre o escândalo de, atualmente em Portugal, havendo meios dos quais ele tinha conhecimento profundo, apenas se conseguir analisar 50% da despesa pública, porque a restante não estava registada e deveria estar.

Sublinhou que, se na Câmara do Crato a despesa já estava registada tal como o senhor Presidente tinha afirmado, solicitava que o mesmo comunicasse essa realidade porque, era um exemplo e merecia que se soubesse. Explicou que era esse o seu apelo, que não tinha ido verificar o Crato em particular, mas ficava muito orgulhoso que a Câmara do Crato já estivesse a colocar tudo no portal base.

Solicitou ao senhor Presidente da Câmara, para que não interpretasse as suas palavras como se o estivesse a atacar porque, só estava a tentar contribuir com objetividade, e não se tinha preocupado com a identificação das fontes porque o seu intuito, não foi apontar nada em particular.

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, agradecendo a intervenção do senhor Presidente da Câmara, apesar de insistir no termo da propaganda implícita, que nela tinha estado contida. Avançou desejar fazer uma pergunta muito concreta sobre a resposta ao requerimento que tinha apresentado. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se considerava respondido este assunto.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** explicando considerar ter respondido na Assembleia Municipal, na qual referiu haverem documentos específicos na Lei, nomeadamente a Prestação de Contas, que seria apresentada em abril do próximo ano e, que, seria suficiente, porque os eventos colocados em causa, estavam refletidos nas GOP e no Orçamento Municipal. Considerou, deste modo, ter respondido na íntegra à questão colocada.

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, solicitando à mesa, que fizesse chegar a todos os membros da Assembleia Municipal, o requerimento que tinha apresentado, para



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

que pudessem tirar as conclusões que entendessem, daquilo que eram as perguntas colocadas e da resposta dada pelo senhor Presidente da Câmara.

Acrescentou que, aquilo que estava em causa no requerimento apresentado, não tinha só a ver com a questão dos números, tinha também a ver com a Assembleia e os Municípes poderem perceber qual era a estratégia, qual era a filosofia, qual era o objetivo que se pretendia atingir com os eventos realizados anualmente no Crato.

Acrescentou ser necessário saber, em que termos estavam pensados, qual era o público alvo e onde queriam chegar, porque no seu entender, promover acontecimentos avulso, não fazia sentido. Completou que depois do requerimento apresentado a todos os eleitos da Assembleia Municipal, caso não achassem pertinentes as perguntas feitas, e aquilo que se pretendia perceber, agradecia que em momento oportuno, dessem conta desse entendimento.

Aproveitou para colocar uma nova questão que não tinha a ver com pormenores ou com questões burocráticas e, que, se prendia com a tentativa de saber o que pensava a Câmara Municipal do Crato, sobre o Castelo. Sublinhou que, na sua opinião, o Castelo do Crato era a melhor peça cultural de património que o Município tinha.

Solicitou ao senhor Carmosino que lhe fizesse chegar o estudo com que lhe tinha acenado porque, muito gostaria de saber o que constava no mesmo, e qual era a situação jurídica do Castelo. Completou que, independentemente desta situação, o Crato precisava que o Castelo regressasse ao seu domínio, para não continuar na situação que se conhece, de fechado, abandonado e esquecido.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, esclarecendo que a figura dos requerimentos ao Executivo estava devidamente enquadrada, assim como, a forma do conteúdo de quem apresentava o requerimento, e também de quem dava a resposta. Sublinhou que podia fazer um requerimento e a resposta não ser do seu agrado, mas sabiam que não deviam ter ilusões e isso tinha consequências políticas, no jogo político e na afirmação política, em cada um dos territórios.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Corrigiu que, não tinham apresentado requerimento sobre o Castelo do Crato, mas sim uma recomendação, explicando que também estas tinham o seu devido enquadramento.

Frisou que aquilo que muitas vezes acontecia era que, quem apresentava requerimentos apenas exigia respostas e soluções, esquecendo-se de apresentar sugestões. Acrescentou que o espírito das recomendações, era tal como o nome indicava, apresentar sugestões que, caso fossem aceites ficariam muito satisfeitos.

Explicou que, com esta atitude, não estavam a tentar discutir a complexidade das questões, tais como o exemplo, da situação que se encontrava ao lado da Varanda do Grão-Prior. Perguntou, se não era património, se não era uma questão histórica. Lembrou que, apesar de todas as questões com partilhas e hipotecas, caso o edifício ao lado do Arquivo Histórico ruísse e a Varanda viesse atrás, aí haveriam culpados e responsáveis, podendo-se acionar determinadas figuras.

Sobre a questão do Castelo, recordou o pedido de um parecer sobre um mau negócio, porque desse mau negócio nem tinham dados de qual tinha sido o usufruto da própria Fundação.

Frisou que, tal como o senhor Presidente da Câmara dizia, e com o qual concordava, questionava-se de que forma voltaria o Castelo ao domínio público. Perguntou se seria com outra parceria ou renegociando de outra forma e sendo propriedade do Município se era candidatável ou não, ou se outros seriam candidatáveis através da Câmara, quando ao longo destes anos nunca se tinha realizado uma assembleia-geral, recordando que, no início, nem era Fundação do Crato.

Informou que o estudo que tinha em seu poder, tinha sido feito no tempo do Manuel Ferreira aquando Presidente da Câmara do Crato e, que, teria muito gosto em o facultar ao eleito Francisco Sampaio Soares, assim como ao senhor Presidente da Câmara, que também lho tinha solicitado.

Disse concordar que haviam assuntos importantes na atividade da Câmara e, a propósito perguntou, em que ponto se encontrava o Centro de Saúde.

Congratulou-se com atitudes e medidas tomadas neste mandato, que já tinham existido no passado. Sublinhou que, se tal tinha acontecido era porque o atual executivo as tinha reconhecido como boas e as tinha retomado.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Sobre a atividade da Câmara disse que, era no momento em que a discussão sobre a mesma estava aberta que a deviam fazer, não sendo nem cínicos, nem hipócritas, era o momento político em que o órgão deliberativo questionava e o executivo respondia. Partindo desta premissa, achava que estava tudo bem, mas acrescentou que concordava com os requerimentos escritos e que as respostas podiam ficar registadas.

Terminou informando ter encontrado em três fontes diferentes, dados sobre a população do Concelho do Crato que, o preocupavam seriamente. Sublinhou que qualquer uma delas referia que a nossa população não tinha crescido.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer que, sobre o Centro de Saúde e, tal como o eleito da CDU, Fernando Carmosino tinha afirmado, o mesmo não era da responsabilidade do Município, mas está a acompanhar o processo permanentemente. Informou estarem a pouco de conseguirem que a adjudicação fosse assinada com a empresa, para poderem começar as obras.

Sublinhou que, até ao início do próximo ano, as questões estariam resolvidas e os problemas existentes se prendiam única e exclusivamente, com um parecer da ARSA (Administração Regional de Saúde do Alentejo) que se encontrava em falta. Elucidou que assim que o parecer fosse apresentado, o envelope financeiro ficaria desbloqueado, para que se pudesse assinar a adjudicação com a empresa que tinha ganho o concurso público.

Relativamente ao edifício contíguo à Varanda do Grão-Prior, explicou que iria avançar rapidamente para outras medidas, visto a Câmara Municipal ter uma avaliação do edifício, feita por um técnico credenciado para o efeito. Frisou que, caso não chegassem a um bom entendimento teriam de, em consonância e coordenação com a Direção Regional de Cultura, responsável pelo património no Alentejo, fazer uma intervenção de recurso no edifício contíguo à Varanda do Grão-Prior.

Relativamente ao Castelo, esclareceu que, o assunto estava a ser tratado com responsabilidade e com a tentativa de envolvência de várias entidades. Sublinhou que, para o Município, a situação só por si, de se ter um monumento daquela natureza, não era uma solução. Acrescentou que



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

tentava conseguir, em conjunto com outras entidades, a melhor solução possível para aquela situação, mas alertando não ser muito fácil. Completou afirmando que, esse trabalho estava a ser feito com a Secretaria de Estado do Turismo, com a Secretaria de Estado da Cultura, com a Direção Regional de Cultura, com o Ministério da Economia, com uma equipa de advogados, em consonância com a equipa de Direção do Museu Municipal, no sentido de perceber qual o caminho relativamente à propriedade do imóvel para terem todo o processo bem estruturado, antes de darem alguns passos. Completou que este era um assunto complexo e difícil, que iria levar muito tempo, porque teria a envolvimento de muitas entidades.

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, declarando que, que a informação que o senhor Presidente da Câmara tinha acabado de fornecer, a Assembleia Municipal já a tinha merecido ouvir anteriormente. Concluiu, afirmando que a Assembleia Municipal necessitava de saber estas coisas para poder ajudar.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, esclarecendo que a informação tinha de ser dada à medida daquilo que era possível, porque muitas vezes era mal utilizada. Sublinhou que por vezes davam informação, que depois, de forma leviana, era utilizada em determinados sítios que prejudicavam o Município, acrescentando que, por estes motivos, a informação tinha de ser dada na altura certa, da forma certa, para que certos processos, já por si próprios ingratos e difíceis de trabalhar, não fossem prejudicados.

Completou, declarando não achar que se devia ocultar informação à Assembleia Municipal, mas tinha situações muito concretas, em que o fornecimento de informação que julgava perfeitamente tranquila, por falta de sentido de responsabilidade, ser mal utilizada.

2. Apreciação do Relatório Semestral do Auditor Externo nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais)

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Relatório Semestral apresentado pelo Auditor Externo, Dr. André Cunha.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares**, do PSD, para perguntar ao Dr. André Cunha qual a conclusão que tirava dos números apresentados. Perguntou também se, a Câmara estava com boa saúde financeira, ao que, o **Dr. André Cunha** respondeu que sim, a Câmara Municipal apresentava bons valores financeiros.

3. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento e Mapa de Pessoal para o Ano de 2019

Não se verificaram pedidos de intervenção pelo que a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Orçamento e Mapa de Pessoal para o Ano de 2019** à votação, o qual foi **aprovado por maioria**, a saber:

a) **13 (treze) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com a apresentação de voto)

b) **6 (seis) abstenções**, a saber:

- **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

4. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2019/2022

Não se verificaram pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou as **Grandes Opções do Plano 2019/2022** à votação, as quais foram aprovadas por maioria, a saber:

a) **13 (treze) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com apresentação de declaração de voto)

b) **6 (seis) abstenções**, a saber:

- **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

5. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Voltou a não haver pedidos de intervenção pelo que a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro** à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

6. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Autorização Prévia Genérica Relativa aos Apoios a Conceder às Freguesias do Concelho do Crato**

Não se registando pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Autorização Prévia Genérica Relativa aos Apoios a Conceder às Freguesias do Concelho do Crato** à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

7. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Participação Variável no IRS 2019**

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, dizendo que, esta era uma receita que podia ser da autarquia e, que, no caso concreto destes Concelhos do Interior, a maioria dos cidadãos não tinha rendimentos para abater.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Participação Variável no IRS 2019** à votação, a qual foi aprovada por maioria, a saber:

a) **13 (treze) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com apresentação de declaração de voto)

b) **6 (seis) votos contra**, a saber:

- **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

8. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Derrama para o ano de 2019

Não se registaram pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Derrama para o ano de 2019** à votação, a qual foi **aprovada por unanimidade**.

9. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação da Taxa para o ano de 2019 e Redução da Taxa de IMI em Função do Número de Dependentes

Não se registaram intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação da Taxa para o ano de 2019 e Redução da Taxa de IMI em Função do Número de Dependentes** à votação, o qual foi **aprovado por unanimidade**.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

10. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano - 2018/2021

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano - 2018/2021** à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **13 (treze) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com apresentação de declaração de voto)

b) **6 (seis) abstenções**, a saber:

- **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

11. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão ao Orçamento/2018

Voltando a não se registarem pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **3.ª Revisão ao Orçamento/2018** à votação, o qual foi **aprovada por maioria**, a saber:



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

a) **13 (treze) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

b) **6 (seis) abstenções**, a saber:

- **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:

Não se registou a presença de público.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte e duas horas e cinquenta minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela



MUNICÍPIO DO CRATO
Assembleia Municipal

Ata n.º 5/2018, 30 de novembro

Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

Sandra Maria Sias Cardoso
Cristina Isabel dos Santos Pereira



Declaração de voto dos eleitos CDU na Assembleia Municipal do Crato – Mapa de Pessoal e Orçamento 2019 (GOPs 2019)

30 de Novembro de 2018

Acompanhando o sentido de voto da vereadora da CDU no executivo municipal.

A CDU reafirma perante a população do concelho do Crato a sua determinação na defesa do desenvolvimento socioeconómico do concelho através de uma gestão autárquica transparente, sustentável e que contribua para a dignificação do serviço público. Para atingir estes objectivos exige-se rigor e capacidade de diálogo com todas as forças políticas a diferentes níveis da administração local e em particular com todos os agentes socioeconómicos do concelho, reforçando a governança através do envolvimento das populações nas opções estratégicas municipais, considerando-os a força motriz do processo do desenvolvimento local.

O facto de sermos oposição não diminui as nossas responsabilidades!

Nunca faremos oposição por oposição. A CDU tem compromissos políticos somente com as populações que nos elegeram!

Assim, considerando que temos vindo a apresentar as nossas propostas de forma objectiva e sem demagogias e que as mesmas têm sido aceites na generalidade não só no executivo, como em sede de auscultação ao abrigo do estatuto de oposição, num esforço de partilha da gestão municipal efectuado pelo executivo.

A nossa posição relativamente ao **Mapa do Pessoal, Orçamento e GOPs (Grandes Opções do Plano de 2019)**, será de votar a favor.

Tal não significa que este seja o nosso Orçamento e GOP!

Aliás estes documentos definem projectos e acções com as quais concordamos, mas que ao nível das prioridades não correspondem às nossas prioridades em termos de gestão e da sua concretização. Pelo que numa atitude proactiva continuaremos a defender a sua implementação através do aumento do investimento municipal que contribua para a atratividade e competitividade concelhia, que são exemplo:



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- Remodelação das redes de abastecimento e saneamento do Concelho do Crato, incluindo a rede alternativa de esgotos pluviais, associadas a uma gestão inovadora dos aquíferos e de desenvolvimento de reservas alternativas.
- Implementação dos planos de regeneração urbana (PARUS), incluindo a reabilitação do edificado para equipamentos, habitação e actividade económica, integrado em operações de requalificação do espaço público em todas as freguesias.
- Iniciar a obra do novo centro de Saúde.
- Modernização dos serviços municipais: administrativa, aquisição de viaturas, instalações (incluindo as oficinas).
- Implementação do gabinete de apoio ao associativismo e respectivo regulamento.
- Implementação dos acordos de execução e acordos interadministrativos com as Juntas de Freguesia (transferência de competências).
- Implementação do gabinete de apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento económico.
- Reestruturação do cartão do idoso (assistência médica e medicamentos) e cartão jovem (inclui rendas apoiadas e apoio à reabilitação do edificado).
- Reforço das verbas para a Protecção Civil (incluindo bombeiros, para a promoção de programas de formação e/ou bolsas para jovens bombeiros) e de defesa da floresta contra incêndios, incluindo a beneficiação das vias e caminhos vicinais.
- Programação desportiva e cultural em parceria com as associações e agentes económicos locais e a sua promoção e divulgação numa perspectiva integrada (cross-selling) que posicione a marca Crato como uma referência, nomeadamente para o Turismo.
- Efectuar a avaliação dos principais certames do Concelho e respectivos eventos para a definição de uma estratégia que permita a replicação de resultados após a realização dos mesmos para os diferentes agentes e actores locais e da Região.
- Reabilitação/regeneração das Termas de Monte da Pedra.



[Handwritten signatures and initials]

O objectivo será que a marca Crato esteja associada à cultura, às artes, ao desporto e lazer (Turismo de natureza, saúde e bem estar, enologia) com a possibilidade de parcerias com entidades de relevância a nível nacional e internacional, para a realização de *Workshops* e eventos durante todo o ano que permitam contribuir para a atratividade territorial do Concelho e a fixação de novos residentes a tempo total e/ou parcial. Tal permitirá dinamizar a actividade económica já existente e potenciar outras áreas de apoio ao desenvolvimento local com bases nos recursos endógenos, onde se salientam a agricultura e o sector agroalimentar e potenciar a atratividade de empresas inovadoras no âmbito da economia digital.

A CDU estará sempre disponível para viabilizar os investimentos estruturantes para o Concelho do Crato, e as parcerias intermunicipais e inter-regionais que contribuam para combater o despovoamento e o desinvestimento nos nossos territórios do Alto Alentejo. Pelo que da mesma forma estaremos disponíveis para viabilizar os investimentos identificados nas infraestruturas e equipamentos que contribuam para melhoria da qualidade de vida das populações, mesmo que, para tal, seja necessário recorrer a empréstimos respeitando a sustentabilidade financeira do Município.

Para nós as populações são o principal investimento, pelo que o apoio social e económico às famílias, às crianças, aos jovens e aos mais idosos continuam a ser uma prioridade, bem como os agentes económicos e associações locais, através de uma estratégia de integração e de promoção conjunta que valorize o Concelho do Crato, as suas gentes e a sua identidade territorial.

Por último, relativamente ao Mapa de Pessoal do Município do Crato, reafirmamos que o nosso objectivo de combater a precariedade na função pública, dignificar as carreiras e a respectiva progressão e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos nos concursos públicos, melhorando a qualidade do serviço público. Pelo que qualquer opção de gestão de pessoal é da inteira responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, competindo ao executivo garantir a qualidade dos serviços e opções de política de recursos humanos.

A CDU honra os seus compromissos políticos perante as populações que nos elegeram, pelo que não permitiremos que se ponham em causa os princípios de equidade, coesão socioeconómica e de transparência ao Município do Crato. As populações decidem e nós respeitamos as suas escolhas e estaremos sempre atentos e disponíveis para

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



corresponder às suas necessidades e problemas, contribuindo para melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos do Concelho do Crato.

Crato, 30 de Novembro de 2018

Os eleitos CDU na Assembleia Municipal do Crato

António Manuel Irá Pático
José Carlos do Rosário Videira
Ana Teresa Baptista Correia Lopes Chameu